Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILMO. SR. PREGOEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 125/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEGEP

ATLANTA RENT A CAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.135.910/0001-44, estabelecida na Rua Oliveira Belo nº 840, bairro Umarizal, CEP 66.050-380, Belém-Pa, com fundamento nos arts. 5º, XXXIV e LV, "a", e 37, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com as determinações contidas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, mais precisamente o artigo 109, inciso I, alínea "a)" e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, vem, perante V. Exa., interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a equivocada decisão proferida por essa respeitável Comissão de Licitação que a julgou habilitada a empresa NC Comércio, Serviços e Locação de Máquinas e Equipamento, visto que a mesma não apresentou a documentação exigida no item 8.3.2.3, alínea b.4, do edital, tudo conforme adiante, desde já, seja a presente dirigida à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso não se convença das razões abaixo formuladas e não proceda com a reforma da decisão ora atacada, decidindo, por consequência, pela inabilitação da licitante NC Comércio, Serviços e Locação de Máquinas e Equipamento.

DA TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a intimação para da Decisão Administrativa ora atacada se deu 02/09/2020. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 03 (três) dias úteis, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em 08/09/2020, razão pela qual deve essa respeitável Comissão de Licitação conhecer e julgar a presente medida.

DOS MOTIVOS DO RECURSO

A licitante NC Comércio, Serviços e Locação de Máquinas e Equipamento foi considerada vencedora do certame, no entanto ao analisar sua documentação, constatou-se que a mesma não atendeu ao item 8.3.2.3, alínea b.4, do edital, que exige:

b.4) Devem constar a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior (análise comparativa da situação financeira);

Ou seja, a referida licitante não apresentou demonstrativo comparativo do exercício anterior, conforme exigido no item acima. Com isso, descumpriu o edital, devendo ser inabilitada do certame.

Além disso, pugna pela realização de diligência para realização de vistoria junto a empresa vencedora para constatar sua capacidade em cumprir com o contrato, conforme item 8.3.2.5 alínea "a" do edital.

Tal vistoria se faz necessária em virtude da licitante vencedora ter em seu CNPJ diversas atividades econômica, totalizando 5 (cinco) páginas no CNPJ, ou seja, possui mais de 80 (OITENTA) atividades econômica, conforme CNPJ anexo.

Observa-se ainda, que a empresa com uma infinidade de atividade econômica, descaracteriza o seu objeto principal, ou seja, locação de veículo, pois para dar atenção a tantas atividades, possivelmente deixará a desejar em algumas delas ou até em todas. Com isso, constata-se que a empresa não é especialista em nenhuma atividade, podendo causar problemas ao contratante, bem como a recorrente que é especialista em locação de veículo, estando no mercado com única atividade à mais de 24 anos.

Por isso, há necessidade de vistoria a fim de apurar a estrutura e capacidade da licitante em atender todas as exigências do edital e seus anexos, bem como de um futuro contrato.

DO PEDIDO

Diante do exposto, está a CONTRATANTE submetida à Constituição Federal e aos princípios da razoabilidade, legalidade, isonomia, bem como as normas gerais de licitação e do edital e seus anexos. Portanto, não pode descumprir exigência do edital e considerar vencedora empresa que não cumpriu todas as exigências editalícias, como é o caso o item 8.3.2.3, alínea b.4, bem como diligenciar por meio de vistoria a empresa vencedora para constatar sua capacidade em cumprir com o contrato, conforme item 8.3.2.5 alínea "a" do edital. Razão pela qual pugna pela inabilitação da licitante NC Comércio, Serviços e Locação de Máquinas e Equipamento, vencedora dos itens 1, 2 e 5 do edital. Permitindo assim a igualdade processual, sem beneficiar licitante que descumpra as exigências do edital e seus anexos, priorizando a isonomia de acordo com os princípios e rigores da lei.

Nestes Termos,

Pede e aguarda deferimento

Belém-Pa, 08 de setembro de 2020.

ADISON MARINHO DE OLIVEIRA GÓES.

PROPRIETÁRIO

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Belém, 04 de agosto de 2020

AO
MUNICÍPIO DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEGEP
COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÃO/PMB
PREGÃO ELETRÔNICO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 125/2020 - FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII - FUNPAPA
ATT. ILMO SR. MARCELO CANTAO LOPES
MD. PREGOEIRO OFICIAL
REF. RECURSO ADMINISTRATIVO
BELÉM/PA

Senhor Pregoeiro,

MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ 63.859.961/0001-76, com sede na Avenida Roberto Camelier, 1287, Bairro Jurunas, CEP 66.025-460 (Belém/Pará), neste ato representada por quem de direito, vem tempestivamente perante Vossa Senhoria apresentar RECURSO contra decisão administrativa que, no PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 125/2020, aceitou e habilitou a empresa NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 08.016.893/0001-75, o que faz mediante as razões abaixo.

DA TEMPESTIVIDADE

Conforme consignado na "Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 00125/2020 (SRP)", o prazo final para apresentação de recursos foi fixado em 08/09/2020 (terça-feira). Portanto, considerando o cumprimento do prazo estabelecido no item 12.1.1 do EDITAL, a presente peça é tempestiva, razão pela qual deve ser processada, conhecida e julgada.

DAS RAZÕES RECURSAIS

A empresa MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., participou regularmente do certamente licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 125/2020, cujo objeto está descrito no item 1 do Edital.

Por decisão do nobre Pregoeiro, a empresa NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 08.016.893/0001-75, foi habilitada, com proposta aceita para os itens 01, 02 e 05 do Edital. Com efeito, a recorrente registrou intenção de recurso (Artigo 4º, XVIII, da Lei 10.520/02 c/c item 12.1ss do Edital), com manifestação registrada de aceitabilidade do pregoeiro.

Um dos mais consagrados princípios do processo licitatório repousa na vinculação ao instrumento convocatório - ARTIGO 3º, da Lei 8.666/93, uma vez que "faz lei" entre os participantes, que dele não devem se desviar. Essa vinculação visa garantir a moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

Assim, durante um procedimento licitatório, as licitantes que deixarem de cumprir os requisitos estabelecidos no Edital, não apresentando qualquer documentação exigida, ou apresentando-a em desconformidade com o exigido no Edital, estão sujeitas a inabilitação.

Pois bem, a empresa NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 08.016.893/0001-75 não cumpriu os termos do Edital, dando ensejo ao presente recurso. Ou seja, inobservou a exigência consignada no item "Qualificação Econômico-Financeira - 8.3.2.3", "b.4 - Devem constar a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior (análise comparativa da situação financeira)", uma vez que não apresentou documento referente a análise comparativa do Balanço Patrimonial - exercício de 2018 em relação ao exercício de 2019, contendo Ativos, Passivos e Patrimônio líquido.

Noutro descumprimento ao Edital, a empresa NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 08.016.893/0001-75, ao compor sua planilha de custos de serviços mensais, deixou de anexar - ou mencionar o registro - da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional (ITEM 2.4 e 15.1 - ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA), impossibilitando verificar se os valores apresentados para os custos da mão de obra, são condizentes, compatíveis e exequíveis.

Com efeito, a ausência da apresentação de referido documento - Convenção Coletiva de Trabalho ou menção do registro junto ao Ministério do Trabalho - torna a planilha de composição de preços apresentada pela empresa NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI insegura para o fim a que se destina, uma vez que impossibilita apreciação da exequibilidade dos valores apresentados no ANEXO B - Termo de Referência, ferindo o princípio da vinculação e da isonomia entre os licitantes.

Assim disposto, requer a Recorrente o conhecimento e provimento do presente recurso para inabilitar a empresa NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 08.016.893/0001-75, desclassificando-a do certame (ARTIGO 48, I e II - Lei 8.666/93), uma vez que descumprindo exigências editalícias, ferindo o ARTIGO 3º, da Lei 8.666/93. Pede JUSTIÇA.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ 63.859.961/0001-76

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Á PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SEGEPE – SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÃO – PMB
Ilmo. Sr. Coordenador Geral de Licitações

REF.: Pregão Eletrônico SRP Nº 125/2020

A OUTORGANTE NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, com sede na Avenida Roberto Camelier nº 439, Bairro Jurunas, CEP 66033-640, Belém-PA, inscrita no CNPJ 08.016.893/0001-75, representada por Maria Amélia de Pontes, brasileira, divorciada, empresária, RG nº 6363507, CPF nº 110.259.212-91, residente e domiciliada na cidade de Belém/PA, no endereço passagem Vera Cruz nº 249, Bairro Marambaia, CEP66623-500, vem através desta, apresentar estas

CONTRARRAZÕES

aos recursos apresentados pelas Recorrentes ATLANTA RENT A CAR LTDA, CNPJ 01.135.910/0001-44 e MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 63.859.961/0001-76, alegando suposto não cumprimento do Edital e do Termo de Referência por parte da CONTRARRAZOANTE, o que demonstra, claramente, conforme iremos noticiar, um profundo desconhecimento do diploma editalício, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório, por parte das Recorrentes e, acima de tudo, com o intuito de protelar um certame perfeitamente conduzido pela Douta Comissão de Licitação, causando surpresa e estranheza a CONTRARRAZOANTE.

DOS FATOS:

A Contrarrazoante é uma empresa séria e, como tal, preparou a documentação apresentada ao certame totalmente de acordo com o edital. A referida documentação, por estar plenamente de acordo com as exigências do Edital, foi prontamente aceita por essa Administração, vez que, a pertinente Comissão não pôde, sequer, vislumbrar qualquer erro na proposta da licitante em questão.

Entretanto, inconformadas, as Recorrentes com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentaram recursos que falecem de argumentos probantes, insurgindo-se contra as decisões do presidente da comissão de Licitações, levantando teses que não correspondem à realidade, bastando uma simples análise na documentação apresentada pela Contrarrazoante para perceber que os recursos aqui guerdados não devem prosperar, no que diz respeito a empresa NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI.

Assim, não há que se falar em inabilitação da Contrarrazoante em relação ao item 8.3.2.3, alínea b.4 do Edital, visto que o balanço patrimonial se encontra perfeitamente embasado, constando todas as informações necessárias para que a Administração Pública possa verificar sua saúde financeira, além do fato de que no balanço constam, ainda, os saldos de operação anterior e atual, ativos e passivos, detalhadamente discriminados.

Outro ponto a ser destacado é que no SICAF da empresa constam os índices dos balanços anteriores dando, assim, total publicidade ao ato, bem como abrangendo a exigência do instrumento convocatório, Vejamos o que dispõe a IN Nº 03 de 26 de Abril de 2018:

"Art. 3º O Sicafe conterá os registros da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e da qualificação econômico-financeira, [...]"

"Art. 4º A verificação de conformidade para habilitação dos fornecedores em licitação, dispensa, inexigibilidade e nos contratos administrativos pertinentes à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, e a alienação e locação poderá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no Sicafe."

Vale destacar, ainda, o que preconiza o art. 31 – I, da Lei 8.666/93, vejamos:

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;"

Portanto a empresa Contrarrazoante cumpriu, fielmente, não apenas os termos do quesito do edital supracitado, bem como o dispositivo legal destacado. Tentar argumentar em contrário apenas nos mostra que os recursos são meramente protelatórios.

Alegam, ainda, as Recorrentes, que a empresa Contrarrazoante deve ser desclassificada devido ter CNAES demaziados. Ora, Nobre Comissão de Licitação, não existe qualquer embasamento legal e nem editalício para tal pedido, e fazer crer que uma empresa não merece respeito e declaração de vencedora de uma licitação por possuir várias atividades comerciais é, no mínimo, risível.

A empresa Contrarrazoante foi vencedora dos itens 1, 2 e 5 do referido edital e apresentou sua proposta comercial, a qual se encontra em perfeita sintonia com aquilo que foi expressamente determinado no Edital: marca e modelo, descrição detalhada dos produtos, quantidades, valores globais e individuais de cada item bem como a Planilha de Custos exigida pelo "ANEXO B" do edital. Logo dizer que a proposta deixou de cumprir o referido item é totalmente inaceitável.

Alega, ainda, a Recorrente Marajó, que houve desatenção aos itens 2.4 e 15.1 do Termo de Referência, sugerindo que a empresa Contrarrazoante não incluiu, em sua proposta, os valores referentes a custos operacionais e indicação da Convenção Coletiva, encargos previdenciários, entre outros. Mais uma alegação descabida e sem nenhum sentido. Basta uma simples vistoria na Planilha de Custos enviada pela empresa Contrarrazoante, especificamente no "MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO" para notar que a informação está perfeitamente indicada, e, ainda que não estivesse, equívocos ou esquecimentos em Planilha de Custos não geram motivo para desclassificação, como todos sabemos.

Ora, Senhor Pregoeiro, resta claro que em momento algum houve qualquer infração no que tange aos itens 2.4 e 15.1 do Termo de Referência, conforme vemos expressamente na proposta vencedora da empresa Contrarrazoante.

Portanto os recursos apresentados estão repletos de alegações sem nenhum sentido, razão pela qual não merecem qualquer crédito. A empresa Contrarrazoante já labora no ramo de licitações há diversos anos. Trata-se de pessoa

jurídica consagrada, sem jamais sofrer punições pelo descumprimento de seus contratos.

Em virtude do exposto, simples acusações, sem qualquer fundamentação, não deveriam ser alvo de um recurso. O principal objetivo deveria ser corrigir equívocos ou falhas cometidas no certame, o que, obviamente, não aconteceu no caso em tela, sendo o referido recurso apenas um artifício para tumultuar e paralisar um Pregão conduzido de maneira célere e irretocável por esta comissão de licitação.

Portanto aceitar argumentos tão falaciosos é ir de encontro com a ISONOMIA e a OBJETIVIDADE do procedimento licitatório. Seria inconcebível a Administração desclassificar a empresa ora Contrarrazoante sob qualquer aspecto, pois a mesma cumpriu todos os requisitos elencados pelas empresas Recorrentes e qualquer outro critério que tenha sido estabelecido pelo instrumento convocatório e aceito pela brilhante Comissão Permanente de Licitação.

DA SOLICITAÇÃO:

Assim, conforme restou claro nesta peça, requer-se não sejam acatadas as argumentações trazidas nos Recursos Administrativos, dado carecer de fatos sólidos e pertinentes, ou qualquer comprovação fática de que a empresa Contrarrazoante tenha deixado de observar as cláusulas que regem o referido instrumento convocatório.

Solicitamos o prosseguimento do feito, para que o referido certame prossiga da mesma forma que o fora até aqui, célere e com atuação impecável da Comissão Permanente de Licitações.

Caso não seja este o entendimento dessa Douta Comissão, requer-se que seja negado provimento ao recurso, tendo em vista que seus argumentos não condizem com a realidade, consoante o que foi aduzido nestas contrarrazões.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Belém/PA, 11 de Setembro de 2020.

MARIA AMELIA DE PONTES

CPF: 110.259.212-91

LÍVIA BURLE WANZELLER

OAB-PA 14.973

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

Após a Fase de Aceitação e Habilitação da proposta de preço vencedora, no sistema Comprasnet, foi aberto prazo de 20 (vinte) minutos para INTENÇÃO DE RECURSO, conforme previsto no item 12 do Edital, em obediência ao preconizado na legislação aplicável. Apresentou INTENÇÃO DE RECURSO, para os ITENS 1, 2 e 5 as licitantes ATLANTA RENT A CAR LTDA e MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, sendo aceito pelo Pregoeiro, para exame de suas consistências legais, nos termos da legislação, em observância ao disposto no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02, bem como no art. 44 do Decreto Federal nº 10.024/19, que dispõe sobre a possibilidade do concorrente inconformado com algum ato praticado durante a condução da sessão, o dever de manifestar se assim o pretender, a imediata e motivada a intenção de recorrer:

DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

A doutrina através do iminente Barbosa Moreira, define em sua obra "Juízo de Admissibilidade no sistema de Recursos Cíveis":

"Recurso é o remédio voluntário e idôneo a ensejar, dentro do mesmo processo, a reforme, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão que se impugna".

Ou ainda, como define Vicente Greco Filho, em sua obra "Direito Processual Civil Brasileiro":

"A finalidade do Recurso é o pedido de reexame de uma decisão, para reformá-la, invalidá-la, esclarecê-la, ou integrá-la. Em geral, na maioria dos casos, pretende-se com o Recurso a reforma ou a modificação de uma decisão".

Assim, recurso é um instrumento de correção em sentido amplo, e também na esfera administrativa não poderia ser diferente, no qual o direito de recorrer administrativamente por quem sinte-se atingido em seus desideratos, deve ser o mais amplo possível.

Ainda que chegue ao conhecimento da Administração alguma irregularidade que tenha sido praticada durante o certame licitatório e não tenha sido questionada por nenhum licitante, deverá ela acolher o recurso, como um genérico direito de petição, constitucionalmente previsto no art. 5º, inc. XXXIV, alínea "a", da CF/88.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

O Pregoeiro, responsável pelo Pregão Eletrônico SRP nº 125/2020-FUNPAPA, analisou as Razões do Recurso e as Contrarrazões interposto, de acordo com o que determinam as normas sobre procedimentos de licitação na modalidade Pregão, que o condiciona aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da economicidade, da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade, conforme art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Considerando as RAZÕES DO RECURSO das licitantes RECORRENTES que manifestaram "intenção de recurso" e, nesse sentido, encaminhou suas razões, alegando em resumo, o seguinte:

DOS FATOS E FUNDAMENTOS DA PRIMEIRA RECORRENTE - ATLANTA RENT A CAR LTDA:

Alega a RECORRENTE em suas razões, disponibilizada, não atendeu ao item 8.3.2.3, alínea b.4, do edital, que exige:

b.4) Devem constar a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior (análise comparativa da situação financeira);

Ou seja, a referida licitante não apresentou demonstração comparativa do exercício anterior, conforme exigido no item acima, importando em descumprimento do edital, devendo ser inabilitada do certame.

Além disso, pugna pela realização de diligência para realização de vistoria junto a empresa vencedora para comprovar sua capacidade de prestar o serviço ora licitado, conforme item 8.3.2.5, alínea "a" do edital.

Tal vistoria se faz necessária em virtude da licitante vencedora ter em seu CNPJ diversas atividades econômicas, totalizando 5 (cinco) páginas no CNPJ, ou seja, possui mais de 80 (OITENTA) atividades econômicas, conforme extrato do CNPJ anexo.

Observa-se ainda, que a empresa com uma infinidade de atividades econômicas, descaracteriza o seu objeto principal, ou seja, locação de veículo, pois para dar atenção a tantas atividades, possivelmente deixará a desejar em algumas delas ou até em todas. Com isso, constata-se que a empresa não é especialista em nenhuma atividade, podendo causar problemas ao contratante, bem como a recorrente que é especialista em locação de veículo, estando no mercado com única atividade à mais de 24 anos.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS DA SEGUNDA RECORRENTE - MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA:

Alega a RECORRENTE em suas razões, que a empresa NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI não cumpriu os termos do Edital, dando ensejo ao presente recurso. Ou seja, não observou a exigência consignada no item "Qualificação Econômico-Financeira - 8.3.2.3", "b.4 - Devem constar a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior (análise comparativa da situação

financeira)", uma vez que não apresentou documento referente a análise comparativa do Balanço Patrimonial - exercício de 2018 em relação ao exercício de 2019, contendo Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido.

Noutro descumprimento ao Edital, ao compor sua planilha de custos de serviços mensais, deixou de anexar - ou mencionar o registro - da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional (ITEM 2.4 e 15.1 - ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA), impossibilitando verificar se os valores apresentados para os custos da mão de obra, são condizentes, compatíveis e exequíveis.

Com efeito, a ausência da apresentação de referido documento - Convenção Coletiva de Trabalho ou menção do registro junto ao Ministério do Trabalho - torna a planilha de composição de preços apresentada pela empresa NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI insegura para o fim a que se destina, uma vez que impossibilita apreciação da exequibilidade dos valores apresentados no ANEXO B - Termo de Referência, ferindo o princípio da vinculação e da isonomia entre os licitantes.

DAS CONTRARRAZÕES DA EMPRESA N C COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOSEIRELI

Em sede de CONTRARRAZÕES, a empresa NC COMÉRCIO SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, ora RECORRIDA, alega que apresentou todos os documentos exigidos no instrumento convocatório e que, não há que se falar em inabilitação da Contrarrazoante em relação ao item 8.3.2.3, alínea b.4 do Edital, visto que o balanço patrimonial se encontra perfeitamente embasado, constando todas as informações necessárias para que a Administração Pública possa verificar sua saúde financeira, além do fato de que no balanço constam, ainda, os saldos de operação anterior e atual, ativos e passivos, detalhadamente discriminados.

Outrossim, argumenta ainda que a demonstração comparativa do exercício anterior consta do SICAF, bem como todas os índices dos balanços anteriores, não merecendo prosperar as razões recursais da RECORRENTE.

Noutro ponto, a Recorrida argumenta que não deve prosperar o pedido de sua inabilitação sob o motivo de simplesmente possuir em seu CNPJ várias atividades econômicas, visto que não há normativa legal que vede sua participação em certame licitatório ou contratação com a administração.

Alega ainda a segunda RECORRENTE que a empresa deixou de apresentar em sua planilha de composição de custos, a indicação da CCT na qual faz parte, bem como os custos com encargos sociais, contudo, restam presentes na planilha com o título "MODULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO".

DA ANÁLISE:

Inicialmente é importante destacar que a competência para acolhimento, exame e decisão dos recursos interpostos em sede de Pregão, seja na forma Presencial ou Eletrônico, é exclusiva do Pregoeiro legalmente designado, conforme disposto no inciso II, do artigo 17 do Decreto 10.024/19, devidamente prestigiada em decisão do TCU por meio do Acórdão 4.848/2010.

Decreto 10.024/19

(...)

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

(...)

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

AC-4848-27/10-1

(...)

Assim, relativamente ao edital, a competência do pregoeiro é mais de intérprete, na medida em que as suas atribuições pertinentes ou legais são de decisão e resposta a impugnações e esclarecimentos, bem assim de recebimento, exame, exercício de retratação e decisão de recursos.

Sendo assim, convém ressaltar a notória obediência às regras estabelecidas no processo licitatório e em cada procedimento do certame. Os princípios e regras que regem o processo administrativo licitatório impelem à autoridade condutora do certame o dever de atuação isonômica, adstrita às regras do ato convocatório e extirpada de subjetivismos.

Com efeito, a atuação pautada na isonomia deve ser conjugada com os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório do julgamento objetivo, da moralidade dentre outros princípios que regem a atuação do agente público, de forma a assegurar a finalidade de obtenção da proposta mais vantajosa, o direito isonômico e a resguardar os demais direitos dos particulares.

O processo administrativo é formal, tal qual institui-se na Lei Federal nº 9.784/99, e é através dele que se registram os atos da Administração Pública, respaldados ainda na motivação, competência e finalidade.

Com assento constitucional e na Lei de Licitações Públicas, o princípio da isonomia constitui valor estruturante do procedimento licitatório. A bem da verdade, a igualdade afigura-se como elemento de existência da licitação. Vale dizer, não há que se falar em licitação sem falar em isonomia deferida pela Administração aos licitantes.

Nesse diapasão, o professor Lucas Rocha Furtado, ao estudar o princípio da isonomia, então compreendido pelo princípio da impessoalidade, ensina que:

(...)

A partir dessa perspectiva, o princípio da impessoalidade requer que a lei e a Administração Pública confirmem aos licitantes tratamentos isonômicos, vale dizer, não discriminatório. Todos são iguais perante a lei e o Estado.

Este é o preceito que se extrai da impessoalidade quando examinado sob a ótica da isonomia.

A isonomia, ou o dever que a Constituição impõe à Administração Pública de conferir tratamento não diferenciado entre os particulares, é que justifica a adoção de procedimentos como o concurso público para provimento de cargos ou empregos públicos ou a licitação para a contratação de obras, serviços, fornecimentos ou alienações.

Esta é a razão pela qual a própria Lei Federal nº 8.666/93 indica a isonomia como uma das finalidades da licitação". (Curso de Licitações e Contratos Administrativos, p. 37).

A partir de regras bem postas se afastam subjetivismos e interpretações tendenciosas do Gestor Público, de igual modo, essas regras permitem aos licitantes a apresentação tanto de propostas de preços completas e acabadas, além da apresentação de documentos exigidos na Fase de Habilitação, expurgadas de erros ou vícios.

Com isso, dessume-se outro valor importante ao cumprimento do princípio da isonomia, que é o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Em razão deste princípio, os atores do procedimento licitatório, Administração Pública e particulares, estão inexoravelmente submetidos às regras e demais condições legais contidas no Edital.

Tal postulado contribui para a concessão de tratamento igualitário aos licitantes, sendo relevante assegurar também que é no instrumento convocatório (Edital de Licitação) que estão contidas as regras estabelecidas, às quais todos os licitantes e representantes da Administração se vinculam. E, conforme visto, estas são indispensáveis para se garantir a isonomia aos particulares.

Outro importante vetor de promoção da isonomia na licitação pública, que também decorre do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é o princípio do julgamento objetivo, que deverá estar adstrito à legislação vigente, à jurisprudência e a doutrina.

As regras previamente postas devem ser autoaplicáveis, dispensando a emissão de juízos de valores do Gestor Público. Em outras palavras, o regulamento da licitação deve carrear, em si, regras de pronto entendimento, clarividentes por si só.

Primeiramente, temos a acrescentar quanto as argumentações das RAZÕES DO RECURSO pela RECORRENTE, em que a fase de habilitação constitui como etapa da licitação pública em que se busca verificar as condições daqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, devendo os interessados atender a todas as exigências que a esse respeito sejam formuladas no instrumento convocatório, apenas pela transparência da licitação, nos seguintes termos:

Remetendo-se ao Acórdão do TCU 2345/2009 - Plenário, temos a seguinte redação:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei nº 8.666/1993)".

É cediço que o procedimento é orientado por princípios, os quais estão previstos no caput do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Inicialmente ressalto que a licitante RECORRENTE, pleiteia decisão com efeito modificativo quanto ao resultado útil do Certame Licitatório, argumento diversos supostos equívocos e irregularidades quanto à apresentação dos documentos de habilitação pela licitante classificada, ora RECORRIDA.

Quando da recepção das peças recursais interpostas pelas respectivas empresas RECORRENTES, cujo teor tratou-se exclusivamente de cunho técnico, coube ao pregoeiro o encaminhamento das razões e contrarrazões à área técnica para apreciação e manifestação, na qual se manifestou da seguinte forma.

Trata-se de manifestação técnica sobre o Recurso interposto ao Pregão Eletrônico SRP nº 125/2020, Proc. Adm. Nº 2261/2020-FUNPAPA, elaborado por Marajó Locação e Serviços Ltda, contra aceite e habilitação de NC Comércio Serv e Loc de Maq e Equip EIRELI.

A recorrente tecnicamente questiona a ausência de indicação Precisa da Convenção Coletiva de Trabalho considerada pela recorrida para utilização na planilha de composição de preço, supostamente infringindo os itens 2.4 e 15.1 do Termo de Referência.

Tecnicamente entendemos que a proposta deve manter a condição de aceitabilidade, pois mesmo que não haja uma indicação específica do código de CCT utilizada, temos por consulta online a sítio eletrônico oficial de órgão público (item 8.4 do Edital), que a Convenção Coletiva de Trabalho PA000038/2019 está vigente e determina os valores e custos exatamente como informado pela empresa recorrida em sua proposta financeira.

Portanto, considerando o item 8.4 do edital, em consulta ao sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, conclui-se que os custos presentes na proposta financeira correspondem aos exigidos pela CCT PA000038/2019, vigente até 31/12/2020, confirmando o respeito da proposta às normativas legais e edilícias.

É a manifestação técnica, que submetemos ao Pregoeiro.

Belém, 16 de setembro de 2020.

RONALD MIKHAIL RAIOL LEÃO
Chefe da Divisão de Obras e Manutenção
Mat: 0408786-019

YURI OVALLES PALMEIRA
OAB/Pa 21.878
Mat. 0442852-029
CPL/FUNPAPA"

Como observado, a área técnica pugnou pelo não acolhimento dos recursos interpostos, considerando que os argumentos elencados nas respectivas peças, foram devidamente contrapostos e comprovados, vez que não observados pelas RECORRENTES.

No que se refere a alegação de inexistência de demonstração comparativa de exercícios anteriores, cumpre ressaltar que após verificação no SICAF, constam neste sítio os índices dos balanços dos exercícios anteriores, portanto, não há que se falar em descumprimento de qualquer exigência da qualificação econômico-financeira.

Outrossim, vale ressaltar que a empresa RECORRIDA é optante do Simples Nacional, portanto, beneficiária da Lei Complementar nº 123 e Decreto Federal nº 8.538/15, restando desobrigada inclusive de elaborar seu balanço patrimonial, podendo esta adotar contabilidade simplificada.

Noutro ponto, a RECORRENTE alega que a RECORRIDA deixou de indicar em sua planilha de composição de custos, o código da CCT na qual faz parte, contudo, após análise pela área técnica e diligência por esta mesma realizada, fora constatado através de sítio oficial que a RECORRIDA de fato pratica os valores remuneratórios previstos na CCT PA000038/2019 que encontra-se devidamente em vigor, portanto, não prosperam os argumentos da RECORRENTE.

Acerca da alegação de a Recorrida não possuir capacidade técnico operacional para prestar os serviços ora licitado por simplesmente constar vários códigos CNAE diferentes, fora realizada diligência na sede da empresa RECORRIDA afim de verificar as condições operacionais da empresa e, conforme consta do relatório de visita à sede da respectiva empresa, juntado aos autos do processo, fora atestado que a respectiva empresa possui a devida capacidade para prestação do Serviço.

Por derradeiro, ante o exposto, em atendimento ao inc. XXI, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como inciso VII do art. 17 do Decreto Federal nº 10.024/19, dou CONHECIMENTO as RAZÕES DOS RECURSOS interpostos, ante a presença dos pressupostos de admissibilidade recursal, e no mérito, considerado as alegações apresentadas nas razões dos recursos pelas licitantes ATLANTA RENT A CAR LTDA e MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, respectivamente, são insuficientes para modificar a decisão anteriormente proferida, portanto NEGO PROVIMENTO ao Recurso consoante fundamentos ao norte elencados. Os autos serão encaminhados à autoridade superior para deliberação.

Belém/PA, 18 de setembro de 2020.

Marcelo Cantão Lopes
Pregoeiro/CGL/SEGEP/PMB

Fechar